

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 1 - Contexto Operacional: os dados apresentados compreendem órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do RS.

Nota 2 - Critério de apropriação: Considerou-se como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intra-orçamentárias: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intra-orçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Receitas		Despesas			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 - Receitas Correntes Intra orçamentárias	5.764.493,27	3.1.9.1.00.00.00.00 Despesas Correntes Intra Orçamentárias	5.804.982,37	5.804.982,37	5.356.424,58
		3.2.9.1.00.00.00.00 3.3.9.1.00.00.00.00 Despesas Correntes Intra Orçamentárias	20.614,89	20.614,89	20.614,89
		4.6.9.1.00.00.00.00 Despesas de Capital Intra Orçamentárias	36.483,43	36.483,43	36.483,43
TOTAIS	5.764.493,27		5.862.080,69	5.862.080,69	5.413.522,90

Nota 4 - Repasses Concedidos: De acordo com a Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros feitos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representaram as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo conforme orçamento inicial do Legislativo (Conta 3.5.1.1.2.02)	R\$ 1.747.447,27
--	------------------

Nota 5 – Créditos Adicionais Utilizados: O Município de Restinga Seca obteve ao longo do exercício de 2022 um excesso de arrecadação no montante de R\$ 18.006.048,69 e, desse montante utilizou para o incremento da dotação inicial o valor de R\$ 10.104.983,70. Da mesma forma utilizou recursos do superávit do exercício anterior no total de R\$ 5.332.392,51.

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: O quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2021, como fonte de abertura de créditos adicionais.

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro Apurado em 31/12/2021	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais
01	4.413.771,37	4.413.771,37
20	103.657,07	103.657,07
31	77,52	0,00
40	256.339,93	256.239,93
1001	48.152,30	43.252,30
1002	317.477,53	301.956,64
1003	449,45	0,00
1006	79.755,54	79.755,54
1007	24.537,66	23.127,55
1018	17.761,00	2.660,00
1020	114,31	114,31
1021	81.370,36	81.370,36
1045	5.785,90	5.785,90
1056	148.878,58	51.520,00
1066	30.040,78	0,00
1078	67.181,92	0,00
1083	2.704,69	2.650,00
1093	14,24	0,00
1101	277,22	0,00
1111	19.283,64	13.500,00
1112	47.311,05	12.701,00
1118	41.826,92	24.800,00
1125	8.088,60	4.790,00
1126	2.786,03	0,00

1130	916,38	0,00
1175	7.077,78	6.500,00
1187	183,96	0,00
1188	304,58	0,00
1191	68.582,72	48.791,00
2016	450.531,63	227.934,60
2019	8.395,40	3.100,00
2020	1.092,16	0,00
2030	253,41	0,00
2033	35.928,63	23.330,00
2049	19.189,72	0,00
2052	209,75	0,00
2059	21.242,50	0,00
2063	2.714,18	0,00
2064	43.481,46	43.481,46
2066	12.638,81	12.638,81
2067	6.142,92	6.142,92
2068	55,39	55,39
2069	2.464,15	0,00
2070	26.484,90	26.484,90
2075	1.071,78	1.071,78
2077	385.920,28	385.920,28
2078	88,45	10,45
4001	476,56	0,00
4002	21.606,18	21.606,18
4011	108.284,03	108.284,03
4050	32.735,71	32.735,71
4090	255.353,98	119.906,58
4160	43.353,74	22.200,00
4170	62.344,98	62.344,98
4292	50.384,59	50.000,00
4500	163.487,55	159.272,00
4501	121.060,60	60.000,00
4502	32.603,71	32.597,71
4503	10.128,75	0,00
4505	189.029,40	36.000,00
4506	150.134,38	0,00
4507	26.434,94	0,00
4511	196,71	196,71
4512	7.120,53	0,00
TOTAL	8.087.350,89	6.912.257,46

Nota 7 - Restos a Pagar: As despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2022, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também foram consideradas aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64. Para fins de inscrição foram observadas as recomendações da Instrução Normativa

nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 - Contexto Operacional: O Município de Restinga Seca, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por dez Secretarias, um Fundo de Previdência e o Poder Legislativo.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: O Balanço Patrimonial e demais demonstrações foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e demais disposições e normativas vigentes.

Nota 3 - Créditos a Receber a Curto e a Longo Prazos: Os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por créditos tributários e não tributários, dívida ativa, transferências voluntárias a receber, empréstimos e financiamentos concedidos e outros créditos e valores a receber. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam 54% do total dos créditos. O restante, correspondente a 46% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especialmente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, constam dos saldos dos valores parcelados até 12 meses do período das demonstrações contábeis. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas redutoras do ativo.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2022;

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.1.00 – Créditos Tributários a Receber - Consolidação	3.051.841,14	1.2.1.1.1.03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.019.642,02
		1.2.1.1.1.04 – Dívida Ativa Tributária	3.988.156,40
1.1.2.3.3.00 – Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS União	392.239,66	1.2.1.1.1.05 – Dívida Ativa Não Tributária	2.906.740,93
1.1.2.4.0.00 – Empréstimos e Financiamentos	1.389.126,03	1.2.1.1.1.99.04 – (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária a	(3.951.587,78)

Concedidos		LP	
1.1.2.5.0.00 – Dívida Ativa Tributária	408.163,93	1.2.1.1.1.99.05 – (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária a LP	(764.693,96)
1.1.2.6.0.00 – Dívida Ativa Não Tributária	104.921,46	1.2.1.1.2.06.00 – Créditos Previdenciários do RPPS	357.835,74
1.1.2.9.1.04 – (-) Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	(405.671,22)	1.2.1.2.1.98.00.00.00.00 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	38.912,13
1.1.2.9.1.05 – (-) Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(104.166,03)		
1.1.3.0.0.00.00.00.00 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	490.415,46		
Total dos Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo	5.326.870,43		4.595.005,48

Nota 4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazos: Os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, referentes as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as quais se processaram de acordo com a Resolução nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional.

Título/Subtítulo	Saldo
1.1.4.4.1.01 – Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS – Plano em Capitalização	55.878.763,02
1.1.4.4.1.02 – Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	875.654,72
1.1.4.4.1.04 – Aplicações em Fundo de Investimentos Estruturados – RPPS – Plano em Capitalização	3.093.100,56
1.1.4.4.1.12 – Aplicações em Segmento de Renda Variável – RPPS – Plano em Repartição	2.802.961,78
1.1.4.9.1.01 – (-) Ajuste de Perdas Estimadas com Títulos e Valores	(552.362,65)
Total dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - RPPS	62.098.117,43

Nota 5 – Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo utilização própria no curso normal das atividades. Em 31 de dezembro de 2022 o estoque apresentou um saldo de R\$ 150.440,19, conforme informação do setor de almoxarifado e contabilizado pelo ente.

Nota 6 – VPD Pagas Antecipadamente: Os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo, tais como prêmios de seguros pagos antecipadamente e assinaturas de jornais, revistas e periódicos. Em 2022 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 74.959,27. Desse total R\$ 64.921,82 se refere a prêmios de seguros a apropriar e R\$ 10.037,45 demais despesas a apropriar, tais como assinaturas de revistas e periódicos.

Nota 7 – Investimentos: Os investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, ou seja, a participação nas ações de outras empresas; estas representaram um montante total de R\$ 8.154,95. Da mesma forma, estão classificados nesse título a avaliação das participações em Consórcios Públicos, de acordo com as prescrições da Portaria STN nº 72/2012 e estas últimas representam o valor mais significativo desse grupo que totalizou o montante de R\$ 265.476,07.

Nota 8 - Imobilizado: Bens Móveis: Os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constante no inventário patrimonial realizado. Ressalta-se ainda que o método de depreciação utilizado pelo Ente é o de Cotas Constantes.

Nota 9 – Imobilizado – Bens Imóveis: Os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Estando abrangidos os Bens de Uso Especial, os Bens Dominicais, os Bens de Uso Comum do Povo e os Bens Imóveis em Andamento. Ressalta-se que quanto aos bens imóveis o processo de inventário ainda não está concluído por parte da comissão inventariante e do setor de patrimônio, sendo que a contabilidade mantém valores históricos e que foram movimentados através das várias aquisições ao longo dos anos, mas que tão logo esteja concluída a etapa do inventário dos mesmos serão então conciliados e ajustados a valores presentes, tal como foi realizado com os bens móveis.

Nota 10 – Intangível: O saldo de R\$ 8.988,00 representa a aquisição de software para desenvolvimento de projetos dos setores da administração municipal.

Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: Compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, valores devidos ao fundo de previdência, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazos:

Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1 Pessoal a Pagar	3.752.891,27		
2.1.1.2 Benefícios Previdenciários a Pagar	1.353,59	2.2.1.4 Encargos Sociais a Pagar	465.728,59
2.1.1.4 Encargos Sociais a Pagar	648.537,88		
TOTAL	4.402.782,74		465.728,59

Nota 12 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: Os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente atualizado e ajustado em 31/12/2022, sendo proveniente de três operações de créditos contratadas, sendo uma com o Banco do Brasil outra com o Badesul e a última com a Caixa Econômica Federal, através do FINISA , para a aquisição de máquinas e equipamentos, bem como investimentos em infra estrutura urbana, cujas as parcelas exigíveis até os 12 meses do exercício de 2023 constam com seus valores no curto prazo e as parcelas exigíveis após o término do exercício de 2023 constam com seus valores no longo prazo. O quadro seguinte identifica esses valores:

2.1.2.3 Financiamento a Curto Prazo - Interno	1.067.315,23	2.2.2.3 Financiamento a Longo Prazo - Interno	6.685.804,48
TOTAL	1.067.315,23		6.685.804,48

Nota 13 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de mercadorias e materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos da administração direta. Compreendem também as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, todos exigíveis até os 12 meses do exercício seguinte, pois nesse título não ficaram obrigações exigíveis após os 12 meses do exercício seguinte. O quadro seguinte sintetiza essas contas:

2.1.3.1.1.01 Fornecedores Nacionais	854.988,43	2.1.3.1.1.03 – Contas a Pagar Credores Nacionais	153.248,33
TOTAL	854.988,43		153.248,33

Nota 14 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende o saldo das obrigações dos órgãos da Administração Municipal, relativas a contribuição ao PASEP devidas à União, conforme quadro seguinte:

2.1.4.1.3.00 Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS	41.497,39		
TOTAL	41.497,39		

Nota 15 – Demais Obrigações A Curto Prazo: Esse grupo representa os valores descontados em folha a título de consignações, demais valores restituíveis, os depósitos em favor de terceiros, os encargos e obrigações patronais, as indenizações de despesas a servidores e os repasses a entidades. O quadro a seguir demonstra esses valores:

2.1.8.8.1.04.00 Consignações	146.155,13		
2.1.8.8.1.04.00 Depósitos Não Judiciais	28.994,46		
2.1.8.8.2.00 Valores Restituíveis – Intra Ofss	149.535,39		
2.1.8.8.3.00 Valores Restituíveis – Inter Ofss União	59.216,50		
2.1.8.8.3.00 Valores Restituíveis – Inter Ofss Estado	18.436,33		
2.1.8.9.1.00 – Outras Obrigações a Curto Prazo- Consolidação	192.685,59		
TOTAL	595.023,40		

Nota 16 – Provisões a Curto e Longo Prazo: Segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No curto prazo, as provisões apresentam o saldo das provisões de férias anuais, porque a provisão para o décimo terceiro foi liquidado em dezembro de 2022. A provisão de férias está incorporada ao saldo total do Pessoal a Pagar (nível 2.1.1.1) e representa 82,82% do total do Pessoal a Pagar. As Provisões de longo prazo abrigam as provisões matemáticas previdenciárias do regime próprio de previdência social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada e representa 90,78% do total do Passivo Não Circulante da Entidade.

Provisões a Curto Prazo	Saldo	Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.1.01.03 – Férias	3.108.147,13	2.2.7.2.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	62.484.645,22
Total Provisões a Curto Prazo	3.108.147,13	Total Provisões a Longo Prazo	62.484.645,22

Nota 17– Patrimônio: Compreendem o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelo saldo dos ajustes de avaliação patrimonial e pelos resultados acumulados ao longo dos exercícios, os quais abrigam superávits e déficits de exercícios anteriores e o superávit ou déficit apurado no exercício corrente. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 2.003.676,49. O patrimônio líquido

apresentou um crescimento de 3,54% em relação a 2021. O saldo patrimonial evidencia o patrimônio do Fundo de Previdência (RPPS), da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores. Os valores da variação do patrimônio líquido de cada um dos órgãos fora o seguinte: A Prefeitura Municipal encerrou o exercício de 2022 com um resultado superavitário no valor de R\$ 1.742.692,88, a Câmara Municipal de Vereadores encerrou com um resultado superavitário no valor de R\$ 92.767,50 e o Fundo de Previdência Municipal (RPPS) encerrou com um resultado superavitário no valor de R\$ 168.216,11, com isso chegamos ao total consolidado de acréscimo do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 2.003.676,49, provocado em grande parte (86,97%) do acréscimo patrimonial do ente Prefeitura. Esse fato deve-se principalmente ao crescimento das transferências intergovernamentais e demais receitas correntes. No ente RPPS embora tenha havido um aumento das provisões matemáticas previdenciárias, o ganho resultante das receitas de contribuições e dos rendimentos de aplicação financeira no mercado superaram a variação diminutiva patrimonial, portanto o Município de Restinga Seca encerra seu exercício com um crescimento em seu patrimônio líquido municipal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 01 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. A valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos tiveram um decréscimo de R\$ 55.184,14 em relação ao exercício anterior e o principal fator desse decréscimo decorreu do fato de não haver atualizações significativas nos créditos a receber pelo fato de os valores que constavam há anos no estoque dos créditos a receber foram baixados e conseqüentemente a atualização dos mesmos ficou menor que as dos exercícios anteriores.

Nota 02 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais não incluídas nos grupos anteriores, tais como: reversão de provisões e ajustes de perdas e diversas variações patrimoniais aumentativas. Os registros nesse item somaram R\$ 5.313.982,67, representando um decréscimo de R\$ 1.009.047,97 em relação ao exercício anterior, fato decorrente em grande parte da reversão da provisão do décimo terceiro, férias e da provisão de perda na dívida ativa, tendo em vista a atualização dos saldos.

Nota 03 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: Nesse item tivemos um decréscimo significativo em relação ao exercício de 2021, porque naquele exercício houve toda uma varredura dos créditos incobráveis fazendo com que a situação patrimonial do Município passasse a espelhar a realidade dos créditos passíveis de cobrança. Assim as

variações do exercício de 2022 equivalem basicamente a incorporação de passivos pela assunção de empréstimos e financiamentos.

Nota 04 - Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: Em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destinado dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

ORIGEM E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Alienação de Bens Móveis	8.700,00
Alienação de Bens Imóveis	11.982,29
Rendimentos de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	65.650,34
TOTAL DAS ORIGENS	86.332,63
Despesas de Capital	92.244,11
Investimentos	92.244,11
TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	92.244,44
SALDO NÃO APLICADO	547.946,03

Cabe ressaltar que existia um saldo do exercício anterior no montante de R\$ 553.857,84, portanto justificam-se as aplicações superiores aos ingressos do ano.

Nota 05 - Resultado Patrimonial do Exercício: Como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi superavitário no montante de R\$ 2.003.676,49. Esse resultado é consolidado, porém se verificarmos isoladamente cada um dos entes que compõe o balanço do Município temos os seguintes valores: O ente Prefeitura Municipal encerrou o exercício de 2022 com um superávit de R\$ 1.742.692,88, a Câmara Municipal de Vereadores com um superávit de R\$ 92.767,50 e o Fundo de Previdência (RPPS) com um superávit no montante de R\$ 168.216,11 resultando, dessa forma no resultado consolidado apurado.

Restinga Seca, 31 de janeiro de 2023.

WILLIAM MARQUES RIBEIRO

CONTADOR

CRCRS 60.666

